

Igreja Católica e Movimentos Católicos Operários na constituição da Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo (1970-1975)¹

Rinaldo José Varussa (*)

Resumo²: Este artigo busca acompanhar o processo de constituição da Pastoral Operária na Arquidiocese de São Paulo, entre 1970 e 1975, a partir da análise de diferentes publicações produzidas pelos grupos que a compunham inicialmente, apontando para a existência de diferentes tendências e perspectivas que caracterizavam a instituição eclesial.

Palavras-chave: militantes católicos operários, mundos do trabalho, hierarquia católica, doutrina social da Igreja.

Abstract: This article searches to follow the process of constitution of Pastoral Operária in Arquidiocese from São Paulo, from 1970 to 1975, from analysis of the different publications that are produced by the groups which initially composed it, and it points to existence of the different tendencies and perspectives that characterized the church's institution.

Key Word: militant catholic workmen, words of work, catholic hierarchy, social doctrine of Church.

Considerações Iniciais

A temática dos movimentos e organizações populares e, dentro desta, a presença dos militantes católicos e da Igreja nestes espaços e nessas lutas tem se constituído em preocupação de um grande número de pesquisadores, notadamente nas últimas três décadas.

Neste período, diferentes e, por vezes, divergentes perspectivas se constituíram, principalmente no que se refere à participação dos diversos sujeitos que compõem ou perfilam junto àquelas organizações.

Assim, de posições que ressaltavam o predomínio e controle do clero no estabelecimento das diretrizes da Igreja³, bastante presentes nas investigações na década de 70, observa-se, a partir dos anos 80, uma preocupação em se buscar perceber os significados construídos pelo chamado laicato, bem como as possibilidades práticas constituídas por eles, numa posição de autonomia e mesmo em oposição à hierarquia católica.

¹(*)Professor no Curso de História da UNIOESTE, Campus de Mal. Cândido Rondon, mestre e doutorando em História pela PUC-SP.

Este artigo apresenta alguns aspectos discutidos em minha dissertação de mestrado "Pastorais Operárias: religiosidade, propostas e práticas políticas (São Paulo, 1964-1975)" defendida na PUC-SP em abril de 1995, sob orientação da Profa.Dra. Yara Aun Khoury.

² Este artigo foi publicado na Revista Tempo Históricos, n.3. Cascavel: Edunioeste, 2000.

³ Esta perspectiva é possível de ser acompanhada em Márcio Moreira Alves - **A Igreja e a Política no Brasil** (1979)– que, ao analisar as relações entre Igreja e Estado no Brasil no pós 64, busca marcar os diferentes movimentos que perfilavam no espaço eclesial, o que fez de maneira mais incisiva em um capítulo sugestivamente chamado "Figurantes"(o de nº 5). Ao que parece, o autor lhes reserva esse papel de atuação, à medida que suas ações são caracterizadas como isoladas e suas existências dependentes da simpatia que despertam na hierarquia. Isso geralmente - analisando a JOC (Juventude Operária Católica) e ACO (Ação Católica Operária) - acontece quando e enquanto seu "desenvolvimento ideológico mais lento e a sua débil implantação" não resultam numa "tomada de posição ideologicamente madura"(op.cit.,p.152). Quando isto acontece, a guerra está decretada, o que resulta, invariavelmente, no fim da experiência ou no rompimento com a Igreja.

Esta posição de controle total da hierarquia e dependência do chamado laicato parece se acentuar em Thomas C. Bruneau em **O Catolicismo Brasileiro em época de transição**, que chega mesmo a afirmar a inexistência dos leigos católicos no Brasil (op.cit, p.289).

De maneira específica, nesses trabalhos são frequentes as referências à atuação dos cristãos nos movimentos sociais e, no que interessa aqui, nas organizações dos trabalhadores durante a ditadura militar. Investigações como as de Hamilton Faria (**A experiência operária nos anos de resistência**, 1986), de Vera S. Telles (**A experiência do autoritarismo**, 1984) e de Eder Sader (**Quando novos personagens entram em cena**, 1988) buscaram, na investigação de experiências mais amplas, apontar a participação dos militantes católicos naqueles processos.

Além disso, tais autores demarcam uma mudança de perspectiva, à medida que parecem aterem-se a uma preocupação de incorporar a visão dos sujeitos, na superação de posições que pautavam suas análises pela aferição de aspectos pré-determinados ou no cumprimento de determinadas etapas necessárias. Isso os levou à construção de uma problemática em torno da “identidade” e/ou constituição desses sujeitos, que não se conformavam às instituições clássicas (Igreja, Estado, partidos e sindicatos) e que apontavam uma autonomia desses “novos personagens” em relação àquelas instituições.

No entanto, a preocupação que envolve essas pesquisas, abordando movimentos ou processos abrangentes como a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo ou a contribuição e participação dos movimentos sociais na “redemocratização” e “abertura política”, acaba por lhes impor alguns limites, como, por exemplo, em relação às particularidades que demarcam a constituição de grupos ou movimentos específicos. A denominada Pastoral Operária (PO) parece se encontrar nessa situação, assim como a caracterização da instituição na qual ela se forjou.

Neste sentido, a impressão que surge é de que a Igreja, durante a ditadura militar, se configuraria como um “espaço aberto”, onde os militantes operários encontraram um lugar seguro, a salvo da repressão que os cerceava nas fábricas e nos sindicatos. Tal parece conferir à Igreja um status de “ilha de excelência” num mar de conflitos que, em especial, marcava a sociedade nessa época de repressão e arbítrio explícitos.

Com relação à PO, esta aparece nessas pesquisas como “um grupo” que faz parte dos “movimentos populares”, que atua articulado às organizações maiores (como a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo) e que configura um exemplo de trabalho nos bairros.

Essa caracterização do espaço eclesial e da PO, parece-me, não leva em conta o processo em que se constitui esse grupo, marcado por conflitos e disputas, não só com o governo militar, mas também entre diferentes perspectivas e práticas assumidas pelos militantes católicos operários.

Aqui, gostaria de frisar que essas restrições, as quais faço à bibliografia apontada, não se constituíram à priori, mas foram configurando-se à medida que transcorria o meu contato com o material produzido pelos militantes católicos operários.

Nesse material, as diferentes posturas e concepções, a diversidade e complexidade permeiam o fazer-se dos grupos católicos operários. A própria constituição inicial da PO aponta para isso.

Este artigo busca, assim, discutir algumas dimensões da constituição da PO na Arquidiocese de São Paulo. Tenciono, em relação a isso, mapear e apontar algumas perspectivas que se fizeram presentes naquele processo, priorizando aqui acompanhar os debates vividos por militantes católicos através da produção impressa e publicada em diferentes veículos.

A Formação da PO na Arquidiocese de São Paulo: tendências em debate

A Pastoral Operária assume oficialmente essa denominação no início de 1970, a partir de uma tentativa por parte de setores da hierarquia paulistana de reunir diferentes militâncias católicas no meio operário, na Arquidiocese de São Paulo. Forma-se, então, o Conselho Arquidiocesano de Coordenação de Pastorais Operárias (CACPO), reunindo membros dos Círculos dos Trabalhadores Cristãos (antigos Círculos Operários Católicos), do UNICOR (Unidos num só coração), da Ação Católica Operária (ACO), da Juventude Operária Católica (JOC), da Missão Pedro e Paulo (os padres operários), além de experiências existentes nos bairros e que não se vinculavam diretamente a nenhum dos grupos apontados acima.

Para coordenar tal comissão D. Agnelo Rossi, cardeal arcebispo de São Paulo, nomeia Frei Luís Maria Sartori, que dá o tom no início das atividades, apontando para uma tentativa de estabelecer relações harmônicas entre patrões e empregados no espaço das fábricas. A proposta trazida por Sartori tinha como perspectiva a implantação do “Comunitarismo”, uma organização da sociedade que suplantaria o capitalismo e evitaria o comunismo. Isto estaria acontecendo paulatinamente pela multiplicação das “empresas comunitárias”: as fábricas harmonizadas pela conversão dos patrões e empregados à interpretação do cristianismo de que Sartori era o porta-voz.

Esta proposta, parece-me, forjava-se nas motivações que levaram estes setores à formação do CACPO e que pude acompanhar, principalmente, no Jornal “O São Paulo” (OSP) da Arquidiocese, através dos artigos assinados por Frei Sartori e dos editoriais escritos pelo, então, monsenhor Amauri Castanho.

Quando da formação do CACPO, por meio de artigos e editoriais em OSP, o clero proponente daquela iniciativa, procurava justificá-la a partir da avaliação que tinha do operariado e da formulação de uma alternativa para estes.

No primeiro ponto, construíram uma imagem do operário baseada na carência e impotência. Nos artigos acompanhados, os operários vão aparecer como “os filhos de Deus à margem da sociedade”, “classe desfavorecida”; “conservados na imaturidade e na infantilidade”; os que se encontram “no infantilismo sempre contraproducente porque retrógrado e às vezes violento em suas relações”; aqueles que têm “sua alma mergulhada em mágoas que lhe causaram uma desconfiança, uma revolta, uma quase má vontade em acreditar e em colaborar com outras classes”.

Essa imagem, ao mesmo tempo em que implementava ações e maneiras de atuar com o operário, servia para deslegitimar outras propostas, à medida que estas decorriam desse estado em que se encontravam os operários:

“extremismos políticos, absurdos, como o comunismo, filosofias materialistas de conquistas somente do poder econômico, uso da violência e de revoluções sangrentas (...) são explicáveis pela ignorância em que a classe operária foi deixada ou em que ainda é deixada...”⁴

Tornava-se necessário, assim, ter “atitudes mais construtivas, tanto na correção de tais erros, como na promoção da classe operária”, “capacitar e treinar” a classe para “conhecer e exercer seus direitos”, “educar (o operário) para a responsabilidade”; “capacitá-lo por meio de intensa formação para o exercício correto, total e justo dos direitos” e “para a colaboração”. Esta colaboração se estabelece quando as partes envolvidas no mundo do trabalho (patrões e operários) compreendem que “os atritos e lutas de classe” advêm da não visão de que os “componentes da indústria”, não buscam “completarem-se mutuamente”.⁵

A solução desses “atritos e lutas de classe” virá do

“crescimento da corresponsabilidade ativa dos membros de uma comunidade dentro da vida interna da mesma”.

Essa “corresponsabilidade ativa” traduz-se na colaboração entre as classes.

A divisão de classes não só é aceita como justificada, porque

“o que o operário pretende(ia) em primeiro lugar, é um lugar ao sol, tal como as outras classes já conquistaram”.

O operário

“não pretende(ia) uma igualdade social, pois as diferenças justas são requisitos da riqueza e complementaridade social”.

⁴ Frei Luiz M. Sartori, in “Novos rumos para a classe operária”, **O São Paulo** (OSP), 24/07/71. p.6.

⁵ Idem, in “O salário justo na Doutrina Social Católica”, OSP, 17/10/70, p.5.

As diferenças individuais (subjetivas e estéticas, por exemplo) são estendidas à sociedade e, conseqüentemente, naturalizadas.

Para se atingir a “corresponsabilidade ativa” torna-se necessário um treinamento para a colaboração “entre patrão e operários”, dada as diferenças “entre muitos do grau de escolaridade e cultura” e para que a voz do operário seja aceita,

“máxime quando uma voz treinada a falar a verdade ..., máxime quando educado para responsabilidade, já treinado a defender o bem”.

Justifica-se ainda essa participação do operariado, que o patrão deve aceitar, porque

*“o operário deve dar à empresa não só a força dos seus braços e músculos, ou seja a sua parte animal, mas a sua responsabilidade, os dons da sua personalidade, de sua iniciativa e inspiração, de sua criatividade e de seu amor à obra comum”.*⁶

A participação do operário passa a ser algo que poderia também ser apropriado. Ou seja, para conseguir o “seu lugar ao sol” o operário teria que oferecer mais coisas à “comunidade”.

Esta organização da sociedade e, por conseguinte, da produção era chamada de “comunitarismo”: uma “comunidade fraterna”, em que cada classe cumpriria sua parte ou papel, mantidas as atuais diferenças, mas todos tomando sol, uns queimando mais, outros menos.

A despeito da propalada fundamentação de tal proposta nas encíclicas papais - que “sistematizavam num admirável corpo de doutrinas os mais profundos anseios do homem” e que seriam concretizados nesta suposta e futura “sociedade fraterna e justa” - parece-me que as motivações que levavam esse grupo a se manifestar em OSP, divulgando o “comunitarismo”, baseiam-se em outras preocupações.

A primeira preocupação liga-se à repressão do governo militar sobre os militantes e organizações católicas que, se por um lado, representavam “desvios” e “excessos” dos grupos cristãos, por outro, indicavam para o clero paulistano a intervenção do governo militar numa área considerada própria e/ou pertencente à Igreja.

Com relação a isso, parece-me sugestivo um pronunciamento da CNBB contestando a ação repressiva do governo:

“Renovamos nossa firme condenação ao comunismo. Forma inegável, entretanto, de fomentá-lo é impedir a ação da Igreja, deturpar sua imagem, truncar sua doutrina, cercear sua atividade e caluniar seus pastores”.

E concluíam:

*“No julgamento do que é realmente conforme ao Evangelho e a sua aplicação, os bispos do Brasil não admitem transferir as responsabilidades que lhes cabem por mandato divino”.*⁷

⁶ Frei Luiz Maria Sartori, in “Voz, vez e voto do operário”, OSP, 07/11/70, p.5.

⁷ Comunicado da Comissão Central da CNBB, publicado em OSP em 24/10/1970, p. 7.

Neste pronunciamento da Comissão Central da CNBB, que era presidida então por D. Agnelo Rossi, cardeal-arcebispo de São Paulo, o apontamento de um inimigo comum - o comunismo - passa a fundamentar a contestação por parte dos bispos à ação do governo, à medida que coloca também a Igreja como aliada no combate àquele regime.

Essa posição, porém, era problemática uma vez que sugeria também o alinhamento ou conivência da Igreja Católica com a situação social e política existente no Brasil. Era justamente essa situação que o clero paulistano, o qual se pronunciava em OSP, apontava como promotora da atração e aproximação que o comunismo exercia sobre o operariado, constituindo-se numa segunda preocupação deste grupo.

Com relação à situação social avalia-se em OSP que

*“deixando correr as coisas como vão preve(ia)-se a formação de populações marginalizadas e empobrecidas, sem esperanças para o futuro, subnutridas, sofredoras e descontentes, um peso morto e um perigo social para a coletividade”.*⁸

Aqui, o medo relacionava-se às possibilidades que, para os articulistas de OSP, representavam esta situação para o operariado. Acreditavam que eram necessárias

*“reformas estruturais... antes que as massas, desiludidas com as morosas soluções democráticas, se encaminhem(assem) para rumos marxistas de cor róseo ou vermelho”.*⁹

O fantasma da “classe perigosa” aparece novamente e motivada a sua cooptação pois se entendia que

*“promoção da classe operária vem (vinha) se fazendo e se fará (faria) com a Igreja, sem a Igreja ou até contra a Igreja”.*¹⁰

A partir dessa avaliação, firmavam a necessidade de

*“interpretar tal crescimento dentro da vida divina, para o bem não só da Igreja, mas principalmente para a redenção e salvação da classe a que pertencia o próprio Cristo”.*¹¹

Redenção e salvação apontam também para o perigo do “comunismo ateu”, para o qual a Igreja não devia deixar o operário ser conduzido.

A colocação do verbo na voz passiva (“ser conduzido”) é proposital. Tal relaciona-se à imagem do operário com que trabalhava o grupo que se manifestava em OSP.

Frisaria com isso que essas ações propostas e desempenhadas por este grupo, que coordenaria inicialmente o CACPO, mais do que a propagandeada preocupação com a “promoção” e “resgate” do operariado e com uma mudança nas relações da sociedade, tinha como motivação a manutenção da influência da Igreja na sociedade. Esta influência via-se ameaçada, seja pela repressão do governo, seja por uma possível emancipação da classe operária que não estivesse sob o controle ou ascendência da Igreja.

⁸ Alocução radiofônica do cardeal-arcebispo de Porto Alegre D. Vicente Scherer, publicada em OSP, 17/07/71, p.5.

⁹ OSP, editorial, 12/07/70, p. 3.

¹⁰ Frei Luis Maria Sartori, “A Hora do Operariado”, OSP, 25/01/71, p.5.

¹¹ Idem, ibidem.

Dentro dessa preocupação, penso que o “Comunitarismo” havia sido forjado, pois significava a equidistância da Igreja e de sua doutrina dos regimes existentes (capitalismo e comunismo) e aventava uma alternativa para os operários sob o controle da Igreja.

Além da divulgação e discussão do “comunitarismo” em OSP, para a efetivação dessa proposta, frei Sartori centralizaria os trabalhos no CACPO, promovendo encontros para expor aquela doutrina às lideranças dos demais movimentos católicos operários da Arquidiocese, como ele mesmo relata:

“Nós fizemos o CACPO por quê?

Haviam várias pastorais, haviam os círculos operários, havia os padres canadenses, os padres franceses (a Missão Operária São Pedro e São Paulo), compreendeu?

Cada um fazia um trabalho.

Aí, eu falei: ‘Vamos coordenar tudo isso e vamos fazer um trabalho unido. Então o cardeal (D. Agnelo Rossi) me nomeou, né?: ‘O senhor toma conta disso aí, né?’

*Começamos a fazer reuniões com esse povo todo, né? Então, reunimos, aí, cada quinze dias, fazíamos reuniões para coordenar tudo isso, né?”*¹²

Conjuntamente, coordenava tentativas, nas fábricas, de aplicação da doutrina divulgada em OSP e no CACPO. Este trabalho compreendia uma série de palestras para os operários, a partir de um esquema assim sintetizado por frei Sartori:

“Comecei a falar para todos na hora do refeitório, na hora do almoço e esse programa foi esticando.

Assim, por exemplo, situações: eu falava em situações gerais do mundo todo, depois situações sociais e luta de classe, situação econômica, situação central e situação da mentalidade de classe operária, como é que o operário pensa.

Depois dava soluções. Apresentava três soluções: a união da classe - que a classe operária era muito desunida (...) Depois união... falei... união das classes, que tem muita gente que não gosta, tem receio, né? É a organização social da sociedade. (...) Então as classes estão assim, tem que se unir para poder se solidarizar.

*E a reforma estrutural da empresa (...).”*¹³

Por reforma estrutural da empresa entendia-se a implantação da colaboração das classes envolvidas na produção, a qual o frei Sartori buscava justificar com a seguinte analogia:

*“Nós não podemos resolver o problema operário sem resolver o problema do patrão, porque o operário e o patrão tão mais casado que marido e mulher. Eu não posso resolver o problema do marido, ahn?, sem resolver o problema da mulher também, descombinar... é uma unidade básica, são várias partes de um todo. O todo do mundo do trabalho... O todo do operário não é o operário...”*¹⁴

Ao relacionar as relações de trabalho (patrão e empregado) às familiares, o frei parece querer estabelecer conjuntamente uma escala de valores com base nas tradicionais relações familiares, tendo em vista que essa experiência (das relações familiares), por certo,

¹² Frei Luis Maria Sartori em depoimento de 09/12/1993.

¹³ Idem, ibidem.

¹⁴ Idem, ibidem.

traria ao trabalhador um universo de sentimentos e valores próximos à conciliação pretendida para o ambiente das fábricas.

Esta analogia parece ser indicativa da perspectiva com que atuava frei Sartori, buscando o convencimento, principalmente dos operários, de que os conflitos existentes no mundo do trabalho decorriam da “mentalidade” e/ou disposição com que as partes envolvidas encaravam a produção. Para frei Sartori, mudando-se a perspectiva de disputa para a de colaboração, a luta de classes estaria equacionada. Nesse sentido, assim explanava frei Sartori:

“Como fala Marx, dizia com muita razão - porque ele foi muito bom observador social, depois ... errado na interpretação disso, porque ele era materialista - ele dizia assim: ‘É no coração da empresa capitalista que começa a luta de classes’.(...)

Bom, então, está bom: se é ali que começa a luta de classe é ali que vai acabar a luta de classe!

Então, vamos levar o cristianismo para os dois ... Operário sobe e o patrão desce pra conversar, pra fazer comunidade, se não não vai, né?”¹⁵

Esse trabalho frei Sartori chamava de “reforma da fábrica” e estas fábricas reformadas dariam “testemunho de fraternidade, de comunidade”.

Pregava o frei que aqueles “testemunhos” viabilizavam a implantação do “Comunitarismo” na sociedade pela multiplicação paulatina das “empresas comunitárias”.

Chama a atenção o controle da situação que tais práticas e perspectivas visavam possibilitar ao seu coordenador. Isso porque “as situações”, “as soluções” e o estabelecimento das etapas que levariam ao “Comunitarismo”, tendo sido já pré-concebidas e estipuladas por frei Sartori, caber-lhe-ia determinar e aferir a sua execução.

Essa possibilidade estava aberta à medida que se concebia o conflito como uma instância da “alma” - as disposições e mentalidades - campo onde a Igreja era a “especialista”. Mesmo porque, avalio, o “Comunitarismo” era uma maneira de se estabelecer esperanças, ou uma utopia, que se contrapusesse a outra: neste caso, o comunismo.

Nesta “disputa pela alma”, parece-me sugestivo que o término do ciclo de palestras nas fábricas se desse com a celebração de uma eucaristia, remetendo à idéia da realização de uma comunhão entre patrões e empregados.

Esta proposta apresentada na CACPO por frei Sartori, de imediato, contrastava com a variedade de experiências que lá se reuniam e que, por certo, representavam diferentes maneiras de atuar dos militantes católicos entre os trabalhadores.

¹⁵ Idem, ibidem.

Pontuaria aqui o caso de militantes ligados à ACO¹⁶ e à JOC, que na década de 60, através de suas publicações, como a “Missão Operária”¹⁷, traziam a público um debate que se contrastava acentuadamente daquele presente em OSP, seja na avaliação dos problemas enfrentados pelo operariado, seja na própria concepção que tinham dele.

Um dos momentos em que estas divergências se expressam, aparece nas posições tomadas por militantes da ACO durante a campanha salarial de 1968. Em artigo publicado em agosto daquele ano, a divergência com o governo e sua política salarial era um dos pontos a partir do qual seus autores firmavam seus argumentos, analisando os “*três pontos do mecanismo do arrocho salarial*”.¹⁸

Ao buscarem avaliar e demonstrar os prejuízos para o trabalhador da política salarial, concluíam que essa - em oposição à justificativa do governo - era um dos meios utilizados pelos “*proprietários (...) para aumentar sua participação na Renda Nacional*”.

A razão dessa opção política do governo em prol dos “proprietários” encontrava-se no fato de

“o Brasil ser um país que vive sob o regime capitalista, onde tudo é visto em função do lucro e prejuízo do capital. O bem estar do povo, as necessidades do trabalhador não são levadas em conta”.

Dentro dessa organização da sociedade

“o salário, que para o operário é seu único meio de sobrevivência, para o patrão é despesa, é gasto, portanto é prejuízo. O operário precisa ganhar sempre mais, para que o aumento do custo de vida não reduza sua capacidade de comprar as coisas de que precisa para viver. Os patrões, por sua vez, querem pagar sempre menos, para ter mais lucro”.

E concluíam que “*o que é bom para o patrão é ruim para o operário, o que é bom para o operário é ruim para o patrão*”.

Portanto, para este grupo não seria possível com base na conciliação, no auxílio mútuo entre empregadores e empregados, a superação dos problemas econômicos e financeiros que atravessava o país.

¹⁶ A ACO – Ação Católica Operária - foi criada no Brasil em 1962, por ex-jocistas visando dar continuidade aos trabalhos da JOC entre os operários mais velhos, dada a especificidade dos trabalhos da JOC entre os jovens.

¹⁷ A revista “Missão Operária” foi editada pela primeira vez em 1967, em São Paulo, encerrando suas atividades em 1969, devido à pressão de grupos da Igreja Católica contrários à sua linha e de órgãos do governo militar. Era dirigida pelos padres Antonio de Almeida Soares e Emílio Dion, assessores da JOC em S.Paulo.

¹⁸ Estava em vigor na época um conjunto de leis que regulamentavam a política salarial: 1- a lei 4.725 de 13/07/1965, complementada pelo decreto lei nº 15 de 01/08/1966, que definia a anuidade dos reajustes, restabelecendo estes o salário médio real das categorias profissionais dos 24 meses anteriores. O cálculo do percentual de reajuste seria feito a partir de índices mensais divulgados por decretos presidenciais.

2- a lei 4.903 de 16/12/1965 que acrescentava ao percentual anterior um outro decorrente do aumento de produtividade nacional no ano anterior, calculando a partir de dados do conselho Nacional de Economia.

3- o decreto 57.627 de 13/01/1966 que determinava um adiantamento de metade do resíduo inflacionário previsto pelo governo para o ano seguinte. (fonte: Carlos Simões, em **A lei do arrocho**, p. 94).

O papel desta política era um dos pontos no qual o governo militar se apoiava para conduzir a economia, como se depreende das falas do período, na justificativa de que o aumento de salários deveria corresponder ao aumento da produção, sem o que se tornava inflacionário. (ver a respeito, Heloísa de Souza MARTINS, **O Estado e a burocratização do Sindicato no Brasil**, p.92-95)

A identificação das dificuldades experimentadas pelos trabalhadores como decorrentes do "regime capitalista" feita por esses militantes católicos não lhes é exclusiva e nem pioneira no espaço da Igreja. Desde Leão XIII, na encíclica *Rerum Novarum* (1891), faz-se presente na Igreja críticas ao capitalismo. Paulo VI retomaria essa crítica na encíclica *Populorum Progressio* (26/03/67):

"Infelizmente (...) construiu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes".¹⁹

Há, porém, uma delimitação nessas críticas: não é qualquer capitalismo que se critica, mas o adjetivado de "liberal". Liga-se invariavelmente a essa delimitação uma proposta de reforma do capitalismo, aliada às advertências sobre "o perigo comunista".²⁰

As propostas decorrentes daquelas críticas ao "capitalismo liberal", muitas vezes, apontam a conciliação entre as classes como solução:

"Ah, estimule-se a industriosa atividade do povo com a perspectiva da sua participação na propriedade do solo e ver-se-á nivelar pouco a pouco o abismo que separa a opulência da miséria e efetivar-se-á a aproximação das duas classes".²¹

A proposta de conciliação reforça-se pela posição de equidistância em que as encíclicas buscam colocar a Igreja. Tal se dá, por exemplo, pela alternância dos interlocutores a quem se dirigem os papas: ora são os "abastados", ora os "miseráveis", ora os "dirigentes", ora os "dirigidos". Por fim, os apelos e propostas são destinados a todos igualmente:

"Nesse caminhar, todos somos solidários. (...) Que todos os homens e todos os povos assumam as suas responsabilidades".²²

Para aqueles militantes da ACO, acompanhados aqui em seu artigo na "Missão Operária", a experiência da lei salarial do governo militar - analisados como decorrente dos interesses dos patrões e em contraposição aos trabalhadores, própria do "regime capitalista" - dava elementos que colocavam as duas classes em questão como irreconciliáveis.

Não restringiam essa disputa apenas ao Brasil: estendiam-na em nível internacional, colocando a política econômica praticada aqui em consonância com os interesses do capital estrangeiro, representados para eles na figura do FMI²³.

¹⁹ *Populorum Progressio*, nº 26.

²⁰ Paulo VI o caracterizará como "tentação da violência" que se apresenta onde "populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda a iniciativa e responsabilidade e também, toda a possibilidade de formação cultural e de acesso à carreira social e política". Adverte diante disso "que a insurreição revolucionária (...) gera novas injustiças.

²¹ Leão XIII em *Resum Novarum*, nº 30. Essa "participação na propriedade" que estimularia "a industriosa atividade do povo" seria conseguida mediante o "uso correto" do salário, ou seja, quando o operário "seguisse o conselho que parece lhe dar a natureza: aplicar-se a ser parcimonioso e obrar de forma que, com prudentes economias, vá juntando um pequeno pecúlio, que lhe permita chegar um dia a um modesto patrimônio".

²² Paulo VI, *Populorum progressio*, nº 80.

²³ A respeito diziam: "A exploração imperialista é mundial, ela não existe só no Brasil. O próprio arrocho salarial de que estamos tratando, não foi invenção de Castelo Branco ou Roberto Campos. Essas duas "figurinhas" apenas puseram em prática a orientação do Fundo Monetário Internacional, instituição que empresta dinheiro aos países que dele fazem parte (...)

Vale destacar, assim, que a crítica feita à política salarial não se firmava na perspectiva de se estabelecer um outro mecanismo (uma outra lei salarial), de reajuste, mas sim indicar os limites que representava a organização capitalista da sociedade para os trabalhadores.

Estabeleciam, então, objetivos que divergiam da orientação do magistério da Igreja:

"Para resolver o problema do nosso subdesenvolvimento é necessário modificar radicalmente a estrutura política, social e econômica do Brasil, e isso não pode ser feito pela classe que atualmente detém o poder é a burguesia e o imperialismo norte-americano nunca irão tomar medidas que venham contra seus interesses.

Pertence à classe trabalhadora a missão de libertar o Brasil do sub-desenvolvimento²⁴. Isso irá acontecer, mais cedo ou mais tarde. O arrocho da ditadura, burguesia e imperialista está levando o proletariado a tomar consciência de que essa libertação precisa ser feita o mais rápido possível.

Já está na hora da minoria privilegiada começar a conhecer o arrocho da Ditadura do Proletariado."²⁵

A alusão ao "subdesenvolvimento", suas causas (os interesses da "burguesia" e do "imperialismo norte-americano") e solução ("modificar radicalmente... a partir da mobilização dos trabalhadores") contrapunham-se diretamente às propostas do papa. Sobre o mesmo tema dentro da linha de colaboração, "na luta contra o subdesenvolvimento", Paulo VI aconselhava:

"Dêem-se as mãos fraternalmente, as pessoas, os grupos sociais e as nações, o forte ajudando o fraco a crescer, oferecendo-lhe toda a sua competência, entusiasmo e amor desinteressado".²⁶

"Entusiasmo e amor desinteressado" não correspondia ao significado que atribuíam esses militantes da ACO às ações do governo militar com relação aos trabalhadores, mas sim, "defesa de interesses" e "ditadura burguesa e imperialista", como acompanhou-se aqui.

Apenas a título de esclarecimento cabe acrescentar que os Estados Unidos mandam no FMI, já que são os maiores acionistas dessa instituição" (em "Missão Operária" n^o 5, agosto de 1968, p. 23).

²⁴ Essa mesma atribuição de um "papel messiânico" aos trabalhadores, já fora dada no início do século, no espaço eclesial, pelo padre Cardijn (fundador da JOC). Ele reconhecia nela "um elemento de verdade que é a força do comunismo". Afirmava ele: "Marx diz: a classe trabalhadora tem uma missão divina a exercer nesse mundo. Por isso é que exclamou: 'Proletariado do mundo inteiro, uni-vos!' Vós tendes uma missão divina: vós sois os redentores do mundo, vós classe operária. Vós sois a classe que há de redimir o mundo dos seus pecados". (em "A hora da classe operária", de 1932).

Tal "elemento de verdade", para Cardijn, incorria, porém, num erro:

O comunismo (...) nega a Deus e converte a classe operária num Deus; nega a Cristo e faz da classe um Cristo. Então, lhe dá uma missão ditatorial, de força, de modo que possa libertar o mundo do erro do pecado". Ao se relacionar a "missão" do operariado com os meios propostos pelo comunismo ("ditatorial", "de força" - uma alusão a luta armada e a "ditadura do proletariado"), que configuram para Cardijn uma "negação a Deus e de Cristo", busca com isso construir a imagem de que a "missão divina" do operariado no comunismo se fazia sem Deus. Tal abria espaço a sua proposta de "redenção do mundo", que se firmava inicialmente na necessidade de "conversão do operariado à Igreja". De fato, vivia-se nesse momento (década de 20 e 30), no âmbito eclesial, uma expectativa com relação ao avanço dos ideais marxistas entre os operários e a conseqüente perda de influência da Igreja sobre aqueles. Essa expectativa seria verbalizada por PIO XI ao dizer que "no século XIX a Igreja perdera o operariado".

Para Cardijn, firma-se a necessidade não só do anti-comunismo, mas da construção de uma alternativa. Ou seja, não bastava uma pregação contra o comunismo, urgia solucionar também a miséria material em que vivia o operariado, considerada como o "campo fértil" para aquela doutrina. Essa alternativa estaria no engajamento do próprio operário na conversão de outros, dado o anti-clericalismo existente entre estes:

"(...) os nossos operários dizem tranquilamente: 'Na porta de nossas usinas pusemos um cartaz - entrada interdita à Igreja, ao clero, ao papa! Só os que trabalham tem o direito de entrar (...)' E só estes converterão esse meio." (em "Orientações sobre a JOC, 1938).

²⁵ Missão Operária, n^o 5, agosto de 1968, p. 24.

²⁶ Paulo VI, Populorum Progressio, n^o 75.

"Libertar o Brasil do subdesenvolvimento" pela atuação da "classe trabalhadora", a fim de se instaurar a "ditadura do proletariado" contrapunha-se ao "dar-se as mãos fraternalmente" e "o forte ajudar o fraco".

Estas posições ao que parece não se restringiam aos artigos, mas se externavam na adesão e apoio de práticas contundentes e de aberta oposição ao regime militar, como na greve de Osasco em agosto de 1968²⁷.

Por ocasião daquela greve, a JOC e a ACO tiveram alguns de seus militantes presos, inclusive com um de seus assessores – o padre-operário Pierre (Pedro) Wauthier - membro também da Missão Operária²⁸ - que havia sido preso durante a greve, tendo decretada sua expulsão do país pelo governo, em 28 de agosto de 1968.

Nos anos seguintes, principalmente após o Ato Institucional nº 5 (dezembro de 1968), aumenta o número de conflitos entre os órgãos do governo e os militantes católicos. Prisões, invasões, torturas, confisco de materiais passam a fazer parte do dia-a-dia e a serem justificadas como combate à subversão.

Este estado nas relações entre membros da Igreja e o governo militar, por certo, passa a fazer parte do universo de preocupações da Igreja Católica como um todo, assumindo, porém, assim como acompanhado antes, diferentes posições quanto a isso.

O jornal OSP - considerado "oficioso" pelo clero paulistano - constituía-se num espaço privilegiado para alguns setores da hierarquia da Arquidiocese de S. Paulo veicularem suas posições.

Ali pude acompanhar, principalmente através de seus editoriais - escritos em sua maioria pelo monsenhor Amauri Castanho - que, no que se referia aos conflitos entre os militantes cristãos e o governo militar, seus autores procuravam construir, a exemplo dos papas acompanhados aqui uma imagem de equidistância da Igreja com relação às partes

²⁷ Por ocasião da greve e diante da repressão que atingiu inclusive alguns de seus militantes, aquelas organizações divulgam comunicados contra a ação do governo e conclamando a população a apoiar o movimento: "*Diante desses fatos, pedimos ao povo cristão reunido nestas missas de domingo que apoiem e, se possível, assumam a justiça da causa dos operários de Osasco.*" ("Comunicado da JOC e ACO" de 20/06/68, em SEDOC – Serviço de Documentação da Igreja Católica, dez/68, p.827.)

Nessa prática, inclusive, as manifestações assumem abertamente um papel de "contra-propaganda" a ação do governo: "Os órgãos de informação noticiaram fartamente nessa semana os acontecimentos ocorridos em Osasco(...) como porém as notícias dadas foram de modo confuso e premeditadamente incompleto, queremos esclarecer nossos irmãos na fé sobre o que realmente ocorreu e suas dimensões religiosas" (Idem, ibidem).

²⁸ A Missão Operária começou a se articular em 1940 com o dominicano Jacques Laew. Atuando em Marselha (França), o padre Loew passa a trabalhar como estivador, profissão que exerceu durante 14 anos - mantendo conjuntamente a atividade sacerdotal. A proposta, assim, era de que ao assumir o trabalho manual entre outros trabalhadores, à medida que compartilharia a vida deste. Ao mesmo tempo, facilitaria a atuação do padre, como cristão, de aproximar o operário da Igreja. Parece, deste modo, unir os papéis de assessor e de militante presentes em outros movimentos, como por exemplo, na JOC e ACO.

Contando com um centro de Formação fundado em 1954 e transferido em 1957 para Toulouse-, a partir de 1965, com a aprovação de seus estatutos pelo Vaticano, na qualidade de Instituto Apostólico, assume a denominação de "Missão Operária São Pedro e São Paulo".

No início da década de 70 contavam os padres-operários com aproximadamente quarenta membros, com casas na França, Canadá, Japão, Norte da África e V. Yolanda (Osasco).

A missão Operária estava desde 1964 no Brasil, através da "comunidade", como eram chamados os grupos da Missão de Vila Yolanda, onde em 1968 moravam três membros: os padres Pedro, Manuel (menú) Retumba e Carlos Tosan.

envolvidas, que não se localizavam propriamente na Igreja nem no Estado, pois eram "ações periféricas(...) em flagrante desrespeito às orientações de seus superiores"²⁹

Estas "ações periféricas" eram identificadas com "certas áreas extremadas" que "radicalizadas em seus pontos de vista(...) não têm a boa vontade necessária que as levaria ao diálogo e ao entendimento". Nestas posições encontram-se "algumas autoridades (do governo), certo número de sacerdotes e leigos militantes".³⁰

Desta forma, para os autores dos editoriais, a Igreja e o Estado, no que se refere aos seus "centros de comando", estão isentos nos casos de conflito. Ligado a isso, os autores apontam o apoio e colaboração que a Igreja tem dado ao governo militar, que numa situação (antes de 1964) de

*"instabilidade política, instabilidade econômica, instabilidade social(...) que todos já tinham como insustentável", por meio de "uma revolução de classe média sem derramamento de sangue(...) criara as condições para o nascimento de uma democracia marcada por características humanas e cristãs."*³¹

Os autores reconhecem, ainda, no governo um colaborador, já que por meio de algumas propostas, como por exemplo, a do Plano de Integração Social (PIS), ele

*"atende aos reclamos da justiça social, se enquadra na perspectiva da Doutrina Social Cristã e honra, pela originalidade, o gênio brasileiro. O governo, como ele mesmo afirma, não compreende a prática da justiça social se não em termos de redistribuição da riqueza global".*³²

O autor dos editoriais, assim, autentica e legitima as ações do governo ao relacioná-las com a Doutrina Social da Igreja, ao mesmo tempo em que se identifica, então, nelas a "boa vontade necessária" que falta aos grupos em conflito - e o coloca no campo do "diálogo e do entendimento".

Porém, as preocupações deste grupo da Arquidiocese de São Paulo não se limitavam a estabelecer estas distinções nos conflitos, reconhecidamente existentes.

Se o diagnóstico do conflito era "o radicalismo" de grupos ligados à Igreja, caberia a esta atuar com relação àquelas posições. Neste sentido, as atuações de militantes católicos significavam "excessos" cometidos numa "perigosa supervalorização da ação político-social em detrimento da ação apostólica".

No campo da militância operária, mais especificamente apontavam essa situação na JOC, onde o

*"demônio anti-ecclesial(...) desencaminhou esse movimento de seus verdadeiros rumos, como de sua tradicional adesão a Cristo e à Igreja."*³³

²⁹ OSP, Editorial, 28/11/70, p. 3.

³⁰ Idem, ibidem.

³¹ Idem, ibidem, em 20/02/71, p. 3.

³² Idem, ibidem em 29/08/71, p. 3.

³³ Idem, ibidem em 06/03/71, p. 3.

Ao que parece, esses “excessos” e “desvios” referem-se à mudança de perspectiva da ação jocista, acompanhada aqui, não mais buscando “a conversão do operário à Igreja”(“seus verdadeiros rumos”), mas buscando uma mudança na atuação da própria Igreja, assumindo esta também os conflitos, não como recusa ao “diálogo e ao entendimento” - que a experiência das greves mostrava, para o militante, não ser dos trabalhadores - mas sim como defesa de interesses, por vezes irreconciliáveis e que tinham no trabalhador o maior prejudicado e no governo, em contrapartida, um dos pontos de intransigência e salvaguarda das empresas e dos patrões.

Vale ainda ressaltar aqui, a referência feita também ao “demônio anti-ecclesial”, identificado nas pregações e propostas ligadas ao marxismo. Para os autores dos editoriais de OSP, as mudanças verificadas na JOC, relacionavam-se também a essa “doutrina”.

A partir disso, a proposta que formula este grupo aponta para a necessidade de se “coibir os abusos e retificar interpretações”³⁴. Aqui parece se firmar a intenção com que formulavam a proposta da CACPO: congregar as diversas experiências a fim de lhes corrigir os “erros” e “desvios” acima apontados.

Para tanto, a perspectiva de harmonização entre capital e trabalho, na construção de ideal de sociedade em que as relações se pautassem pelas “desigualdades harmônicas” – possível de ser acompanhada na doutrina social da Igreja desde a Rerum Novarum - bem como uma retomada do controle da hierarquia sobre estes movimentos, refutada entre militantes da ACO, parecia ser buscada na atuação de Frei Sartori na CACPO.

Esta proposta e preocupação podem ser evidenciadas numa das primeiras iniciativas de atuação pública do CACPO, isto é, para além do espaço de sua organização, na Arquidiocese de São Paulo, que ocorreu em outubro de 1970, por ocasião dos dissídios coletivos dos trabalhadores daquela cidade. Para marcar o início dessa ação, assim se pronunciou o Frei Luís Maria Sartori, em artigo publicado em OSP:

"Atenção, operários e sacerdotes!

Em breve, mais de 500.000 operários de São Paulo, sem contar seus familiares - o que quintuplica o número - estarão ocupados e preocupados em reajustar o salário mínimo, por meio dos chamados Dissídios Coletivos.

As marchas e contra-marchas entre os Sindicatos e a Justiça do Trabalho para acertarem as novas tabelas vão prender a atenção de uns dois milhões de paulistanos, pelo menos.

É claro que as campanhas pertencem aos Sindicatos e aos próprios operários fazerem. Não pertencem propriamente à Igreja enquanto instituição. A igreja, porém, compete o seriíssimo dever de doutrinar, de orientar os interessados na questão, pregando do ‘alto dos tetos’ a palavra da Suma Social Católica, expressa tanto na Bíblia quanto nas encíclicas dizendo a todos o que seria o Justo Salário.

Competirá, é claro aos operários e aos seus sindicatos e aos poderes constituídos especializados seguirem tal doutrinação para se salvaguardar a justiça e a paz sociais.

³⁴ Idem, ibidem.

Que operários católicos, patrões católicos, autoridades civis católicas, conheçam, defendam, divulguem, pratiquem e façam praticar tais doutrinas. Por este motivo, o 'O São Paulo', no próximo domingo fará uma publicação sobre fatos e sobre doutrina católica relativa aos problemas salariais. (...) Que os vigários e leigos interessados se utilizem deste material para divulgarem a opinião católica e para formarem a consciência cristã daqueles que querem a paz e a justiça no mundo do Trabalho"³⁵

Na construção que Sartori faz neste artigo para abordar a questão salarial, dos agentes que atuam no dissídio coletivo e do papel que eles e a Igreja têm nesse processo, destacaria quatro elementos que chamam a atenção nessa prática.

O primeiro é o reconhecimento e valorização do mecanismo do dissídio coletivo para a resolução da questão salarial. Nesse processo, polariza Sindicato e Justiça do Trabalho como partes que realizam "as marchas e contra-marchas" necessárias "para acertarem as novas tabelas": uma referência às negociações que envolviam o dissídio coletivo para enquadrarem os salários dentro do percentual de reajuste, que nessa época (1970) era determinado pelo governo militar.

O segundo elemento se dá na colocação da doutrina católica como uníssona ("a opinião católica"), com capacidade para definir "o que seria o Justo Salário". Isso lhe confere o status de "salvaguarda da justiça e da paz social" e a coloca equidistante às partes envolvidas no dissídio: ela se destina a operários, patrões e autoridades civis católicas indistintamente. Nesse segundo elemento, o autor busca credenciar a Igreja perante os sujeitos envolvidos no dissídio, ao apontar, com essa suposta equidistância, sua isenção de interesses.

O terceiro elemento é a posição que o artigo confere aos participantes no dissídio com relação à doutrina católica: cabe-lhes "seguirem", "defenderem", "divulgarem", "praticarem", "fazer praticar" e "formarem a consciência cristã". Não lhes destina, portanto, atribuições ligadas à interpretação ou mesmo discussão dessa doutrina. Este é o papel do chamado "magistério da Igreja" (membros do clero).

Nesse terceiro elemento, aliás, Sartori coloca-se em consonância com uma preocupação que fora manifestada também pelos bispos do Brasil: a das atribuições pertinentes a cleros e leigos na Igreja. No "Documento Pastoral de Brasília", produzido como conclusão à XI Assembléia dos Bispos do Brasil - realizada em Brasília de 16 a 27 de maio de 1970 - assim se definiam os papéis de cleros e leigos na Igreja:

"Fundamentalmente iguais, Pastores e Leigos se distinguem, no entanto, pelo serviço que prestam a Igreja: por sua missão e por seu ministério. Os pastores são revestidos do poder sagrado pelo sacramento da Ordem. Pelo anúncio dos sacramentos, pelo pastoreio, devem conduzir de tal modo os fiéis, que todos possam cooperar na obra comum. Os leigos são chamados a viver sua existência evangélica em pleno mundo. Aí dão testemunho de sua

³⁵ OSP, 03/10/70, p.7.

vocação cristã. Conhecendo e amando o mundo, (...) eles o assumem para torná-lo permeável, em tudo, ao fermento do Evangelho. Essa é a missão característica do leigo."³⁶

A analogia que aqui seus autores empregam especifica bem a relação que buscam estabelecer: aos "pastores" cabe "conduzir" por meio do que lhes é próprio e específico - a palavra e os sacramentos - visto serem eles revestidos do "poder sagrado"; aos "leigos", cabe serem conduzidos à ação em "pleno mundo" a partir da "orientação" dada pelos pastores. A ação em "pleno mundo" torna o leigo um mandatário daquilo que se estabeleceu no âmbito da Igreja (leia-se pelos "pastores"), pois devem buscar tornar o mundo "permeável, em tudo, ao fermento do Evangelho".

A essa definição de papéis liga-se diretamente um quarto elemento presente na proposta de Sartori: a denominação de "pastoral" da prática que está sendo apresentada no artigo.

Para Sartori, "pastoral" significava a própria ação da Igreja na figura de seus "pastores", o que confere ao termo um tom de diretrizes e/ou normas a serem seguidas pelos demais cristãos em suas atuações. Assim, quando Sartori a denominava de "pastoral" a prática do CACPO, estabelecia uma diferença em relação a uma outra denominação utilizada para as organizações eclesiais: "movimento". "Movimento" referia-se mais às opções assumidas pelos leigos a partir das orientações dos "pastores". Carrega-se, portanto, de um caráter laico, um segundo momento que é precedido pela "pastoral".

Concretamente, essa relação entre "pastoral" e "movimento", viabilizar-se-ia na própria constituição inicial do CACPO ao reunir algumas experiências de organizações católicas no mundo do trabalho, chamadas de "movimentos": a JOC, ACO, UNICOR, CTC e Missão Operária. Essa reunião configuraria uma "pastoral" a partir do momento em que contasse com a orientação de seu coordenador, o "pastor" frei Luís Maria Sartori e demais membros do clero que aderissem à proposta.

No momento de constituição do CACPO, mais especificamente, os embates entre propostas de conciliação e as que partiam do conflito de interesses entre as classes assumia outras perspectivas. Assim, se para frei Sartori a fábrica era uma referência e o "Comunitarismo" uma meta, para outros grupos, por exemplo, o bairro e os sindicatos configuravam-se como suas prioridades, e que tinham na fábrica um espaço de conflito constituídos nos interesses irreconciliáveis de patrões e empregados.

³⁶ Doc de Brasília, pp. 11-12.

Esta opção, formulada por outros grupos³⁷, evidencio, por exemplo, numa relação produzida a partir de uma reunião do CACPO, realizada em abril de 1973, e que relatava alguns trabalhos existentes nos bairros e nas paróquias:

- “- curso de formação de militantes*
- curso de alfabetização e profissionalização*
- grupos de discussão da realidade em que se vive*
- semanas do trabalhador, por ocasião do 1º de maio*
- equipes de irradiação*
- grupos de reflexão, tendo em vista conscientizar os operários nos seus valores, procurando despertá-lo para uma ação ‘transformadora’*
- formação de comunidades familiares, para vivência familiar mais à luz do Evangelho*
- curso de dinâmica de grupo*
- círculos de estudos religiosos, nos bairros da periferia*
- equipes teatrais, que não só encenam peças, mas também compõem peças que levam ao palco problemas da vida do trabalhador*
- formação de grupos que atuem na SABs (Sociedade Amigos de Bairro)*
- Missa operária: toma-se um fato da vida operária. Este é colocado à luz da CLT, dos Documentos Oficiais da Igreja, da opinião do grupo presente e, por fim, à luz do Evangelho*
- associação das donas de casa. É preciso acabar com a mentalidade do ‘só tanque e fogão’, ou que ‘mulher casada é chofer de fogão’.*
- pesquisas.*
- grupos ligados à paróquia - com vistas a um entrosamento mais amplo com os operários do bairro.*
- Centro de Orientação Operária (COOPERA) - sob responsabilidade de todo um setor (setor é um conjunto de paróquias. Um conjunto de setores constituem uma região). ”³⁸*

As diferentes e variadas atividades, presentes nessa relação, sintonizavam-se com uma resolução tomada em uma reunião anterior (12 de novembro de 1972) e que apontava como

“o ponto de partida natural do trabalho dos grupos de Pastoral Operária é a paróquia.”

Desta forma, estabeleciam:

“Devemos aproveitar as atividades normais das paróquias, tais como: cursos profissionais, cursos de alfabetização, cursos de madureza, grupos de teatros ou outras atividades (...) No caso de não haver estas atividades devemos ajudar a promovê-las”.³⁹

O objetivo dessa participação nas paróquias e bairros visava, primeiramente, *“entrar em contato com os operários do bairro e motivá-los a uma participação consciente, tanto na comunidade como nas fábricas e sindicatos”.⁴⁰*

Este trabalho, porém, não estava encerrado:

³⁷ Identificaria entres estes grupos, basicamente, militantes advindos de outras experiências como JOC e ACO e que desenvolviam atividades nas paróquias, principalmente na região sul da Arquidiocese de São Paulo. Esta região compreendia, no início da década de 70, os seguintes bairros: Santo Amaro, Jabaquara, Interlagos, Ipiranga, Cidade Ademar, Vila Mariana e Morumbi. A região sul, acredito, por concentrar um certo número de padres, religiosos e leigos advindos de outras experiências, tais como a JOC e ACO, favorecia o desenvolvimento das atividades da PO. Além disso, a região contava com uma certa autonomia em relação ao episcopado da Arquidiocese, uma vez que não dispunha de um bispo nomeado pelo Cardeal de São Paulo.

³⁸ Boletim “Igreja no Mundo do Trabalho”, n° 4, março/1973, p.26 e 27.

³⁹ “Relatório da Reunião Geral da pastoral Operária Arquidiocesana”, 12.11.72, p.11.

⁴⁰ Idem, ibidem.

“Na medida em que já tenhamos um pequeno grupo disposto a participar é hora de formar grupos de trabalho”.

A função desse “grupo de trabalho” seria:

*“planejar suas atividades e revê-las em comum”, pois “para que um trabalho seja eficaz deve ser claramente determinados os objetivos e maneiras de atingi-los”*⁴¹.

Interessante apontar aqui como esta proposta se aproxima, em alguns aspectos, às experiências vividas por alguns militantes em outros momentos, como a que relata Waldemar Rossi, transcorrida em meados da década de 60:

*“(…) tendo ido morar num bairro da periferia, começamos um trabalho junto às pessoas da comunidade, tentando ao longo do tempo - demorou uns seis, sete meses - ... conhecendo as pessoas, convivendo com elas, participando das celebrações, etc, e formando uma espécie de seleção, né?, de escolha das pessoas que revelaram um potencial maior de ... trabalho com as outras pessoas, que tinham uma certa liderança, que podiam ser agentes multiplicadores. E, num processo muito lento, fomos convidando essas pessoas a conhecer nossa casa e formando um pequeno grupo que começa com amizade e vai evoluindo para discutir questões do conjunto daquelas pessoas que freqüentavam ... que participavam da comunidade, da comunidade de Vila Rica, no caso”.*⁴²

Penso que essa semelhança entre as duas práticas anteriores se dava devido à influência que algumas lideranças exerciam no interior do CACPO e que confrontando-se com a de frei Sartori, delineavam valores, métodos e preocupações que far-se-iam presentes na atuação da militância.

Com relação a isso, percebo, tanto na resolução do CACPO, apresentada antes, como na experiência relatada por Rossi, uma intenção de intervenção entre os trabalhadores pautada numa busca de normatização e/ou controle das atividades sugeridas em práticas como “planejamento” e “revisão”, “seleção e escolha das pessoas”, e que garantiriam “objetivos e maneiras claramente determinadas” e uma “participação consciente”.

Estes aspectos parecem estabelecer uma semelhança entre os objetivos desses militantes e frei Sartori com relação à uniformização dos trabalhos e sua unificação em torno do CACPO, já que o engajamento dos militantes em variadas atividades não significava, necessariamente, uma valorização da diversidade de opções ou práticas, mas sim uma possibilidade, tendo em vista a consecução de um objetivo determinado externamente a ela: a formação de “grupos de trabalho”. Estes grupos estariam ligados à coordenação regional e essa ao CACPO.

Colaborando para esta estruturação, desde 1971, o CACPO passara de uma coordenação de movimentos (JOC, ACO, CTC, etc) para um conselho que reunia

⁴¹ Idem, ibidem.

⁴² Waldemar Rossi, em depoimento de 19.01.94.

representantes (dois operários e um assistente) das regiões episcopais da arquidiocese⁴³. Essa mudança decorria do esvaziamento do CACPO, quando se restringia aos movimentos, pois esses deixaram de participar ou não mandavam representantes.

Avalio que aquele trabalho de nucleação (formação de grupos) nas paróquias tendia a fortalecer no CACPO, aos militantes que se opunham a Sartori, uma vez que a proposta do frei priorizava o trabalho nas fábricas.

No entanto, a opção pelo trabalho nas paróquias, parece-me, não decorria somente dessa preocupação.

A ação repressiva do governo militar sobre qualquer mobilização nas fábricas e sindicatos, bem como a ocorrência mais intensa de outros grupos naqueles espaços, tornava atrativa a possibilidade de atuação representada pelas paróquias e bairros.

A confrontação daquela situação de repressão com a possibilidade de atuação representada pelo espaço eclesial é que me parece estar na origem dos questionamentos que se fazem presentes no interior do CACPO:

*“- Na atual conjuntura brasileira (inexistência de opções de engajamento temporal) que atividade deve assumir a pastoral operária?”*⁴⁴

A este questionamento seguia-se um outro, com relação ao direcionamento que urgia tomar o “engajamento” a ser assumido pela PO:

*“é possível que não tenha uma marca de engajamento de classe fortemente definida?”*⁴⁵

Ambos os questionamentos pareciam apontar para opções já assumidas, por alguns líderes da PO e se constituíram mais como que uma provocação lançada no espaço eclesial, visando uma abertura àquelas opções.⁴⁶

Nesse sentido, a questão seguinte apontava para um dos limites experimentados pelos militantes: a opção de classe que estava se estabelecendo na PO e que encontrava em setores do clero um dos principais pontos de resistência:

*“A hierarquia aceita de fato um trabalho feito nesta linha por operários, e está disposta a comprometer-se com eles?”*⁴⁷

Vale frisar que esta opção de classe se constituía a partir da experiência dos militantes no ambiente das fábricas e na atuação sindical, onde sentiam as dificuldades de organização para o enfrentamento de problemas vividos pelos trabalhadores, dificuldades

⁴³ A Arquidiocese de São Paulo se dividia, no início da década de 70, em sete regiões: Região Episcopal Centro (reunindo a Sé e bairros circunvizinhos), Norte (Tucuruvi, Santana, Nossa Senhora do Ó, Brasilândia, Casa Verde, V. Guilherme, Limão), Sul (Santo Amaro, Jabaquara, Interlagos, Socorro, Ibirapuera, Ipiranga, Cidade Ademar, Vila Mariana, Morumbi), Leste I (Tatuapé, Ermelindo Matarazo, V. Matilde, Penha de França, V. Formosa, Cangaíba), Leste II (São Miguel, Itaquera, Guaianazes), Oeste I (Lapa, Pirituba, Piqueri, Perus, Jaraguá), Oeste II (Osasco, Butantã, Jabaquara).

⁴⁴ Relatório da CACPO, 15/10/72, p.2.

⁴⁵ Idem, ibidem.

⁴⁶ Estas questões foram usadas durante uma reunião do CACPO e visava uma discussão em grupo.

⁴⁷ Idem, ibidem.

essas colocadas tanto pelo governo militar quanto pelos patrões, seja através da repressão, seja através da legislação.

Esta opção determinava a preponderância das atividades voltadas exclusivamente para os operários - o que era, ao mesmo tempo, indicativo da rejeição ou resistência à proposta de conciliação entre classes.

Estes militantes lançavam mão também de práticas que visassem efetivar suas propostas de uma PO “classista” e não conciliatória.

Dentre essas práticas, apontaria a produção de relatos históricos, por parte de alguns militantes, que buscavam constituir como a opção de atuação exclusiva com o operariado se firmou na PO.

Assim, entre 1974 e 1975, esses relatos produzidos pelos militantes⁴⁸ fazem-se a partir de “um fio condutor”, à medida que partem dos afastamentos dos outros grupos que compunham inicialmente o CACPO, reforçando, através desses afastamentos e das práticas ou opções que eles representavam, a imagem da inviabilidade de uma pastoral que congregasse todas as classes.

Neste sentido, um primeiro relato, produzido em 1974, assim se referia à saída dos Círculos dos Trabalhadores Cristãos (CTC) do CACPO, ocorrida já em 1970:

“Os Círculos dos Trabalhadores Cristãos⁴⁹ acham extremistas a posição das matérias publicadas em “O São Paulo” em defesa do salário justo⁵⁰. Seus representantes foram convidados a voltar ao CACPO, aliás sem resultado. Mas uma boa parte do Conselho já entendia que os Círculos não deveriam fazer parte da Coordenação da pastoral Operária pelos seguintes motivos, ressaltados no Estatuto deles:

- *Eles são ‘sociedade civil’ e não movimento de Igreja.*
- *Eles parecem definir como objetivo principal a “assistência” ao operário e, ao delinear teórica e praticamente o que entendem por “formação do trabalhador”, situam este último como objetivo e não sujeito de formação.*

⁴⁸ Em minha pesquisa encontrei seis textos que relatam a história da PO produzidos por sua militância na Arquidiocese de São Paulo:

- “Relatório da CACPO”, 1974, 2p.
- “Relatório da CACPO, 1975 2p (uma reedição do texto anterior).
- “Evolução da Pastoral Operária na região Sul”, julho de 1974, 4p.
- “Histórico e evolução da pastoral Operária na Região”, 1975, 4p. (uma reedição do texto anterior).
- “O processo de Planejamento e a Caminhada da PO”. março de 1983, 10p
- “Pastoral Operária: Situação Proposta e método”. capítulo 2 - “O processo de planejamento e a caminhada da PO”, pp 30-40 (baseada no texto anterior), 1984.

⁴⁹ O CTC, anteriormente denominado Círculos Operários Católicos (COC), é um movimento criado pela Igreja do Brasil na década de 1930, Segundo Paulo R. de Almeida (em sua dissertação de mestrado **C.O.C.: práticas de assistência e de controle no Brasil, 1932-1945**), a origem desse movimento liga-se a intenção da igreja em controlar, através da assistência, os trabalhadores nas décadas de 30 e 40, construindo uma alternativa ao movimento anarquista e, principalmente, ao comunismo.

A união dos C.O.C. formavam a Confederação Brasileira dos Trabalhadores Cristãos (CBTC) e que em 12.02.41 tornava-se “órgão técnico e consultivo do ministério do trabalho”, devido, nas palavras do, então, ministro do trabalho Valdemar Falcão, aos “relevantes serviços prestados por essa confederação, e sentido patriótico de seu programa e sua valiosa colaboração com o governo”. (citado por P. R. Almeida, op. cit.)

Márcio Moreira Alves (**A Igreja e a Política no Brasil**) aponta que, após o golpe de 1964, os membros do CTC foram os únicos, entre os movimentos católicos, a terem interventores nomeados nos sindicatos cujas direções foram caçadas.

⁵⁰ Esta “Campanha do Salário Justo” foi um dos primeiros trabalhos organizados pelo CACPO e visava “orientar” trabalhadoras e patrões sobre “significado do salário na Doutrina Social Católica, por ocasião dos dissídios coletivos que ocorreriam em outubro de 1970.

- Eles se situam decisivamente dentro de um sistema capitalista, entendendo que a melhoria dos trabalhadores decorrerá de uma melhor distribuição do capital.

- Sua perspectiva de atuação desconhece “a mais cruel das violências” (D. Helder Câmara): a opressão implacável dos pobres na corrida pelo lucro estabelecida por um sistema capitalista liberal.

Em conseqüência, querem no país uma “ordem social cristã” de característica mal esclarecida, mas sem dúvida utópica”.⁵¹

Os impedimentos à participação do CTC no CACPO, apontados pelos autores, mais do que um conhecimento daquele movimento, permitem observar algumas posições valorizadas por estes autores.

Ao caracterizarem o CTC como “sociedade civil” e não “movimento da Igreja”, parecem querer reforçar uma posição que descredencia essa organização no espaço eclesial.

A referência à “sociedade civil”, por certo, deve-se à ligação do CTC ao Ministério do Trabalho (ver nota 48) e significa para os autores desse relato uma relação com a qual a atuação de alguns deles já havia se confrontado: além da repressão do governo, a participação de membros do CTC, na intervenção de alguns sindicatos, colocava em campos opostos estes militantes.

Com relação à colocação feita de que o CTC tinha “como objetivo principal a assistência”, referem-se, aqui, ao trabalho voltado para suprir algumas necessidades dos trabalhadores, tais como atendimento médico, odontológico, manutenção de creches, cooperativas de consumo e barbearias. Daí a caracterização de que este movimento (o CTC) tinha o trabalhador como objeto e não sujeito de formação e de que o CTC se conformava com “um sistema capitalista”.

A conotação depreciativa que assumem esses apontamentos sobre o CTC, ao mesmo tempo em que constrói uma imagem desfavorável a este, viabiliza a apresentação de uma alternativa, que os autores desse relato acreditam representar.

Esta alternativa, no entanto, só surgirá ao final do relato, como representando o resultado de um processo. Antes disso, outras situações que lhe dão sustentação serão relatadas.

Neste sentido, um outro afastamento que os autores fazem questão de registrar é o do próprio coordenador da CACPO:

*“A partir do segundo semestre de 1973, o frei Luís Sartori foi desaparecendo do Conselho de Coordenação. A equipe passou então a uma auto-coordenação mais dinâmica: foi refletida a função da coordenação, foram distribuídas tarefas, a campanha salarial foi organizada dum modo mais aberto e revisado pormenorizadamente”.*⁵²

Na citação acima, o que buscam caracterizar é que o “desaparecimento” de Sartori do CACPO possibilitou reorganizar a coordenação, o que viabilizou uma participação e

⁵¹ “Relatório da CACPO”, 1974, p.1.

⁵² Idem, ibidem.

possibilidade de intervenção na pastoral, por parte dos militantes, maior do que a verificada anteriormente (com Sartori).

Conjuntamente, o afastamento do frei Luís significava para estes militantes a derrota, no espaço da PO, de uma proposta que consideravam nortear-se pela conciliação entre classes sociais. Esta proposta é apresentada neste texto como inviável, dada a experiência vivenciada no próprio CACPO:

“Na tentativa de integrar todas as forças do mundo do trabalho foram promovidas mesas redondas para estudar a lei do P.I.S. Participaram os Dirigentes Cristãos de Empresa ⁵³, advogados, economistas e sociólogos, padres do meio universitário, padres do meio operário, operários e os bispos. Foram realizadas várias reuniões, mas tudo acabou dando em nada (...) Por que não deu em nada?

- Predominância esmagadora no grupo de Empresários, Profissionais liberais e Padre sobre os trabalhadores.

- Em face a interlocutores seguramente estabelecidos dentro do sistema, por sua condição social, intelectual e política, os trabalhadores e alguns assistentes sentiram logo a ineficiência de tais encontros. Daí o desinteresse.

- Parece claro que não se pode, em algumas conversas localizadas, encaminhar decisivamente a solução do confronto tão antigo entre favorecidos e vítimas de um sistema social capitalista. Isso envolve muito mais que idéias!

- O próprio tema escolhido em primeiro lugar, o P.I.S., é típico desse confronto: os empresários consideravam (e consideram) benefício ao operário, mas os trabalhadores não podiam deixar de observar que os jornais da época notificavam o primeiro empréstimo de Cr\$ 3.000.000,00, concedidos pelo governo às Indústrias Villares sobre a arrecadação do P.I.S.. Quem seria o maior beneficiário? ”. ⁵⁴

Ao relatar esta experiência das “mesas redondas” que discutiram o PIS, estabelecendo a justificativa da inviabilidade da proposta de conciliação entre as classes, novamente se apresentam elementos que apontam para a posição desses militantes e sua proposta de PO. Qual seja, o fracasso do grupo devia-se, primeiramente, a sua composição, cuja maioria era de pessoas “seguramente estabelecidas” e “favorecidas” em relação às “vítimas de um sistema capitalista” (os trabalhadores). Estes “favorecidos”, que apontam como benefício aos operários algo (o P.I.S.) que lhes era muito mais favorável (o caso do empréstimo à Villares).

Para os autores do texto, a solução deste problema não se daria através de “algumas conversas localizadas”, comprovada pela “ineficiência de tais encontros”. Qual o caminho então? Por certo, o defendido pelos autores.

Frisaria ainda que nesta caracterização que os autores fazem desta prática dos grupos de estudo, ocorre uma aproximação entre o CTC (que se afastou) e a linha de trabalho que continuava a ser desenvolvida no CACPO, na forma como concebem a sociedade e as

⁵³ Os Dirigentes Cristãos de Empresa eram uma organização ligada à Igreja Católica que congregava empresários católicos e dirigido por eles mesmos. Em nível internacional, formavam a UNIAFAC (União Internacional dos Dir. Cristãos de Empresas) que congregava, em 1971, 40 mil empresários em 26 países.

⁵⁴ “Relatório do CACPO”, 1974, p.1.

relações nela existente. Ambos são vistos como negadores do conflito decorrente da exploração de uma classe sobre a outra, noção esta de onde partem os autores para construir a sua proposta.

Assim, ao apontarem o fracasso dessas tentativas de conciliação (no grupo de estudo) e o afastamento daqueles que representavam essa proposta (o CTC e frei Sartori), fazem-no na tentativa de legitimar uma proposta, que já aparecia - como foi frisado - na contestação às outras.

Esta proposta se definiria na conclusão do texto:

“- Pastoral Operária seria trabalhar com o operário, com aquele que faz a transformação e que é explorado. PO como meio de libertação da classe operária.

- Somos Igreja que se coloca num trabalho com os menos favorecidos, para uma mudança.

- Necessidade de fazer e desenvolver um trabalho com aqueles que são iguais a nós (...)

- Ver o trabalho na perspectiva do homem total, o que não exclui o aspecto político.

- Ver PO numa dimensão Evangélica, diferente de Sindicato e Organização.

- Reconhecer que a libertação realizada por Cristo, nós a realizamos (...)”.⁵⁵

Nesta proposta, apresenta-se não só a perspectiva de classe defendida para a PO pelos autores, como uma preocupação em articular essa opção com aquilo que consideram específico da Igreja: sua “dimensão evangélica”.

Fazem questão de frisar ainda, que tal dimensão diferencia a PO dos sindicatos e outras organizações. Expressam, assim, no estabelecimento dessa diferenciação, a tensão vivida por esses militantes em relação aos limites sentidos no espaço eclesial. Com relação a isso, parece-me, a definição de uma proposta, nesse caso, muito mais do que definir uma atuação, visava construir uma ligação com a Igreja e reafirmar uma legitimidade das práticas e propostas implementadas na PO.

Ao acompanhar esses relatos, apontaria que, na defesa, manutenção ou mesmo ampliação da linha de atuação assumida pela PO, então ameaçada pela “Pastoral Mundo do Trabalho”⁵⁶, esses militantes lançam mão da história - registrada em alguns relatos - como uma forma de luta e, ao mesmo tempo, de formação, à medida que informa e constrói uma memória (enquanto maneira de registrar o passado) para a pastoral.

No primeiro uso (forma de luta), os autores dos relatos parecem identificar, na reconstrução das experiências passadas, uma forma de valorização e legitimação das posições ameaçadas então, à medida que essa reconstrução aponta para a maneira como esta posição foi estabelecida. Dentro disso e em certa medida, o processo de disputas existentes, no passado, parece estabelecer um paradigma com as disputas vivenciadas no presente.

⁵⁵ “Relatório da CACPO”, 1974, p.1.

⁵⁶ Esta denominação passa a ser defendida pelo clero paulistano, a partir de 1975, numa tentativa de incorporar, novamente, à pastoral da Igreja Católica as diferentes classes que compunham o “mundo do trabalho”.

No segundo caso (como elemento de formação), o registro do passado, enquanto uma memória do grupo, visa fortalecer uma posição que aglutinava e delimitava a atuação da pastoral. Esta posição que, longe de se constituir num consenso no espaço eclesial, expressava mais um ponto ao qual se apegaram esses militantes da PO para atuarem em meio aos constantes confrontos e ambigüidades presentes nesse meio.

Observando essa tensão existente no CACPO, passei a conceber um outro significado para esta: mais do que um espaço de organização e/ou um grupo, penso a PO como um processo no qual se movimentam, se articulam e se enfrentam diferentes posturas e concepções assumidas e construídas pela Igreja, por seus membros e militantes com relação aos trabalhadores e ao mundo do trabalho.

Nesse processo, o próprio emprego do termo “pastoral operária” revelou-se um campo de disputas, dadas as diferentes formas em que é empregado.

Antes de 1970, o seu uso era genérico, denominando práticas de diferentes grupos católicos operários e empregado constantemente no plural: “pastorais operárias”, com letra minúscula. Com a formação do CACPO é que se passa a estabelecer o emprego do termo “Pastoral Operária” para se referir a um grupo específico, o que parece expressar uma exclusão e/ou restrição a outros grupos e práticas.

De maneira sintética, apontaria que a reunião de diferentes movimentos católicos no CACPO (JOC, ACO, CTC, Missão Operária São Pedro e São Paulo e UNICOR), longe de estabelecer o controle desejado por setores do clero paulistano sobre os grupos de militantes católicos operários, vistos por aqueles como praticantes de “excessos” e “desvios”, revela-se um espaço e oportunidade de embates e disputas entre diferentes tendências.

O resultado imediato dessa situação é o afastamento do CACPO dos grupos que já contavam com uma estrutura própria (JOC, ACO, CTC e Missão Operária), permanecendo somente o UNICOR - controlado por Frei Luis Maria Sartori, coordenador da CACPO - e grupos com trabalhos localizados nos bairros e que não estavam ligados diretamente àqueles grupos e movimentos apontados anteriormente.

Em alguns desses grupos, identifico práticas que não só garantiram a sua permanência no espaço eclesial, como a suplantação da proposta trazida para a CACPO por setores do clero paulistano representados por frei Sartori.

Rompe-se, assim, um equilíbrio de forças inicialmente existente para a formação de um outro, quando aqueles grupos identificados com o que chamam de uma proposta “classista” de PO passam a ter, em determinados momentos, o controle das ações e orientações assumidas por esta pastoral.

Vale frisar, que a consolidação destes grupos se articulou a uma situação vivenciada no período em que, particularmente, a Igreja Católica da Arquidiocese de São Paulo experimentou diretamente a ação repressiva – com dezenas de padres e freiras sendo presos e torturados - e de censura - como, por exemplo, a rádio Nove de Julho da instituição sendo lacrada, em 1973 – por parte do governo militar.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Paulo Roberto. **Círculos operários católicos: práticas de assistência e de controle no Brasil.** (dissertação de mestrado) São Paulo: PUC, 1992.
- ALVES, Márcio Moreira. **A Igreja e a política no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1979.
- BRUNEAU, Thomas. **O Catolicismo brasileiro em época de transição.** São Paulo: Loyola, 1972.
- FARIA, Hamilton. **A Experiência operária nos anos de resistência - a oposição sindical metalúrgica de S.Paulo e a dinâmica do movimento operário** (dissertação de mestrado). São Paulo: PUC, 1986.
- MARTINS, Heloísa H.T. de Souza. **O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1978.
- MURARO, Valmir F. **JOC: uma utopia operária?** (dissertação de mestrado). São Paulo: USP, 1984.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena - experiência e luta dos trabalhadores da grande S.Paulo, 1970-1980.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- VARUSSA, Rinaldo J. **Pastorais operárias: religiosidade, perspectivas e práticas políticas.** Arquidiocese de São Paulo (1964-1975). (dissertação de mestrado) São Paulo: PUC, 1995.
- TELLES, Vera da Silva. **A Experiência do autoritarismo e práticas instituintes: os movimentos sociais em S.Paulo nos anos 70.** (dissertação de mestrado). São Paulo: USP, 1984.